ISSN: 2358-8829

Reflexões e Discussões sobre a Parceria entre Professor de Língua Portuguesa e o Profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Stefanny Thaianny da Costa Duarte [1]
Maria Clara de Castro Soares [2]
Mifra Angélica Chaves da Costa [3]

RESUMO: A inclusão escolar, compreendida como a garantia do direito à aprendizagem e participação de todos(as) os(as) estudantes, exige práticas pedagógicas articuladas entre os profissionais da escola. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar a parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o profissional do AEE acerca da efetivação da educação inclusiva no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta modalidade é marcada por trajetórias escolares interrompidas e múltiplas vulnerabilidades sociais. A EJA se configura como um espaço de reafirmação do direito à educação, principalmente para sujeitos que, por inúmeras razões, foram excluídos dos processos formais de escolarização e retornam aos bancos escolares. O aporte teórico do presente estudo fundamenta-se nas contribuições de Mantoan, na qual concebe a inclusão como princípio ético da escola comum. Além disso, Carlos e Barreto debatem sobre a EJA como direito e Paulo Freire ao discutir sobre as concepções de educação dialógica e emancipatória, orientando as práticas voltadas à valorização da experiência dos sujeitos jovens e adultos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza interpretativa, tendo como instrumento de construção de dados um questionário com perguntas abertas realizadas aos profissionais envolvidos. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas públicas localizadas nos municípios de Lagoa-PB e Triunfo Potiguar-RN, possibilitando uma análise comparativa das práticas inclusivas em contextos distintos. Os resultados indicam que a parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o AEE fortalece o planejamento e práticas mais dialógicas e colaborativas. Contribui ainda para maior acolhimento, participação e engajamento dos estudantes na EJA. Conclui-se que o trabalho colaborativo constitui elemento essencial para o fortalecimento da educação inclusiva nessa modalidade de ensino, promovendo resultados significativos tanto na convivência, no respeito ao outro como no acesso, permanência, aprendizagens e possibilidades para os alunos e as alunas avançarem nos estudos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, AEE, Língua Portuguesa, Professor, Trabalho Colaborativo.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado nas últimas décadas como um dos princípios fundamentais para a construção de uma escola democrática e comprometida com o direito à aprendizagem de todos/as os/as estudantes. Esse paradigma educacional propõe a superação de práticas excludentes historicamente presentes nos sistemas de ensino, defendendo que as diferenças devem ser compreendidas como parte constitutiva do processo educativo.

[1] Graduada pelo Curso de Letras português da Universidade Federal Rural do Semi-árido - Ufersa, stefannycd42@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Letras português da Universidade Federal do Semi-árido - Ufersa, mccastrosoares@outlook.com.br;
[3] Mestra em Educação, professora do Departamento de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Rural do Semi-árido (Ufersa), mifra@ufersa.edu.br;

ISSN: 2358-8829

Nesse contexto, a inclusão escolar não se restringe apenas à presença física de estudantes com deficiência nas instituições de ensino, mas envolve a construção de práticas pedagógicas que considerem as necessidades e especificidades de cada indivíduo. Assim sendo, é válido ressaltar e reafirmar que um dos objetivos da inclusão escolar é justamente sensibilizar e envolver a sociedade, principalmente a comunidade escolar, uma vez que esse conceito de inclusão tem como função a elaboração de métodos e recursos pedagógicos que sejam acessíveis a todos/as os/as alunos/as, quebrando, desse modo, as barreiras que poderiam vir a impedir a participação de algum aluno por conta de sua respectiva individualidade.

Assim, a luta é pela permanência do aluno na escola e pela eliminação de barreiras impeditivas de acesso, que atualmente escancara suas dependências para receber todos e todas, com o intuito de respeitar a individualidade de cada um. Pois, como bem sabemos, o direito à educação é garantido por lei, com uma educação de qualidade para todos/as, o que vai além da matrícula, mas considerando, principalmente, permanência e conclusão.

> Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está na constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não a deficiências. [...] Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Temos por objetivo compartilhar novos conceitos, informações e metodologias - no âmbito de gestão e também da relação pedagógica em todos os estudos brasileiros. (Brasil, 2004, p.4).

A implementação da educação inclusiva exige, portanto, uma atuação coletiva entre os profissionais que compõem o ambiente escolar. Entre esses profissionais, destacam-se o professor da sala e o profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuja função consiste em desenvolver estratégias pedagógicas que contribuam para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes.

No caso específico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa discussão assume perfis ainda mais complexos. A EJA atende sujeitos que, por diferentes motivos, tiveram seus processos de escolarização interrompidos ou negados em algum momento de suas vidas. Muitos desses estudantes retornam à escola após anos afastados do

ISSN: 2358-8829

ambiente escolar, trazendo consigo experiências de vida marcadas por desigualdades sociais, dificuldades de acesso à educação.

Nesse contexto, a EJA se configura como um espaço de reafirmação do direito à educação, possibilitando que jovens, adultos e idosos retomem seus percursos formativos e ampliem suas oportunidades de participação social. Porém, a diversidade presente nesse contexto exige práticas pedagógicas sensíveis às experiências e necessidades desses sujeitos. Assim, entre os desafios presentes na EJA está a presença de estudantes com deficiência ou com dificuldades significativas de aprendizagem, o que, de certo modo, necessita de ações pedagógicas articuladas entre os professores de sala de aula e os profissionais do AEE.

A colaboração entre esses profissionais torna-se essencial para a construção de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e favoreçam o desenvolvimento das aprendizagens. Nesse sentido, o trabalho colaborativo pode contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas mais contextualizadas, capazes de dialogar com as experiências de vida dos estudantes e com as demandas específicas do processo de inclusão escolar.

Tendo em vista a importância desse assunto para a comunidade acadêmica, como também para a sociedade como um todo, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o profissional do AEE acerca da efetivação da educação inclusiva no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, nossa pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Mantoan, na qual concebe a inclusão como princípio ético da escola comum. Além disso, Carlos e Barreto debatem sobre a EJA como direito e Paulo Freire ao discutir sobre as concepções de educação dialógica e emancipatória, orientando as práticas voltadas à valorização da experiência dos sujeitos jovens e adultos. Assim, nossa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza interpretativa, tendo como instrumento de construção de dados um questionário com perguntas abertas realizadas aos profissionais envolvidos. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas públicas localizadas nos municípios de Lagoa-PB e Triunfo Potiguar-RN, possibilitando uma análise comparativa das práticas inclusivas em contextos distintos. Os estudos serão apresentados e discutidos de forma descritiva e qualitativa, nos tópicos a seguir.

METODOLOGIA

A presente pesquisa destaca-se como qualitativa, uma vez que tem o intuito de compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo investigado. Segundo *Gil (2017)*, a pesquisa qualitativa possibilita uma compreensão aprofundada dos fenômenos investigados, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos e as particularidades do contexto estudado. Assim, a pesquisa possui natureza interpretativa, pois busca compreender como os profissionais percebem e vivenciam a parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Como instrumento de construção de dados, utilizou-se um questionário composto por perguntas abertas, permitindo que os participantes expressassem suas percepções, experiências e reflexões sobre o tema investigado. O estudo, então, foi realizado em duas escolas públicas localizadas nos municípios de Lagoa-PB e Triunfo Potiguar-RN. É importante ressaltar que a escolha dessas duas instituições de ensino contribuiu para uma compreensão mais ampla das práticas inclusivas desenvolvidas na EJA.

Por fim, após a coleta de dados, as respostas foram analisadas a partir de uma perspectiva interpretativa, buscando identificar elementos recorrentes nas falas dos participantes e compreender, assim, de que forma a parceria entre os profissionais contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Educação Inclusiva: princípios e desafios

Como bem sabemos, a educação inclusiva se constitui como um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática, ou seja, uma escola mais comprometida com o direito à aprendizagem de todos os estudantes. Assim, tal perspectiva rompe com aqueles modelos educacionais excludentes, que foram historicamente baseados na homogeneização de sujeitos, e propõe valorizar as diferenças como elemento primordial do processo educativo.

Desse modo, o papel do educador vai além da simples transmissão de conteúdos, mas exige uma postura que valoriza as potencialidades e especificidades de cada estudante. Então, considerando as diferenças como parte constitutiva do processo educativo, a prática pedagógica se orienta por uma perspectiva mais democrática, que

busca garantir a participação efetiva de todos no ambiente escolar. Logo, *Mantoan (2006)* argumenta que:

> O professor, portanto, não poderia negar essa capacidade, esse "lugar do saber" que cada aluno tem de ocupar diante de todo o ensino ministrado, pois ao fazê-lo estaria ferindo esse princípio de igualdade intelectual e, portanto, embrutecendo-o. (Mantoan, p.59, 2006).

Nesse sentido, *Mantoan (2006)* deixa evidente que o professor não deve negar ao aluno a sua capacidade de construir conhecimento, ou seja, quando o professor nega essa possibilidade de conhecimento, acaba rompendo com os princípios de igualdade intelectual, tratando assim, os estudantes de forma hierarquizada.

Assim, a discussão sobre a educação inclusiva implica repensar acerca das práticas pedagógicas que são desenvolvidas na escola. Logo, a inclusão escolar diz respeito não apenas a garantia do acesso dos alunos nas instituições de ensino, mas também em promover transformações estruturais que possibilitem a participação de todos no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda nessa perspectiva, *Mantoan (2003)* discute que a inclusão escolar implica a transformação da escola comum em um espaço capaz de valorizar a diversidade. Além disso, para a autora, a inclusão deve ser compreendida como um princípio ético que orienta tanto as práticas pedagógicas quanto as relações no ambiente escolar. Sob esse viés, a autora afirma que: "Do meu ponto de vista, é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado. A escola aberta a todos é o grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos. (Mantoan, 2003, p.33)"

Educação de Jovens e Adultos: direito e especificidades

A discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige uma compreensão da educação como prática social capaz de reconhecer os sujeitos em suas particularidades e experiências. Nessa perspectiva, as contribuições de Paulo Freire são fundamentais para refletir sobre os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nessa modalidade, sobretudo quando se considera a necessidade de construir práticas pedagógicas inclusivas, que respeitem a diversidade e favoreçam a participação de todos os estudantes. Para o autor, a educação não deve se limitar à transmissão de conteúdos,

ISSN: 2358-8829

mas constituir-se como um processo de diálogo e construção do conhecimento, no qual os educandos assumem uma posição ativa diante da própria aprendizagem.

Em *Pedagogia do Oprimido*, *Freire (1987)* critica a concepção de educação bancária, na qual o professor é considerado o detentor do conhecimento e os estudantes assumem uma posição passiva diante da aprendizagem. Em oposição a esse modelo, o autor defende uma educação fundamentada no diálogo, na reflexão crítica e na relação entre o conhecimento escolar e a realidade dos sujeitos. Essa compreensão é particularmente relevante para a EJA, pois seus estudantes apresentam diferentes idades, conhecimentos prévios, experiências profissionais, repertórios culturais e níveis de domínio da leitura e da escrita. Assim, o trabalho pedagógico precisa reconhecer essa heterogeneidade como uma característica constitutiva da modalidade, e não como um obstáculo intransponível ao ensino.

Portanto, compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como direito e reconhecer suas especificidades implica considerar não apenas as condições de acesso à escola, mas também a qualidade das experiências educativas oferecidas aos estudantes. A partir das contribuições de Paulo Freire e dos princípios da educação inclusiva, torna-se possível defender uma prática pedagógica que valorize as trajetórias dos educandos, respeite suas diferenças e amplie suas oportunidades de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a revisão teórica que fundamenta esta investigação, apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas das cidades de Lagoa-PB e Triunfo Potiguar-RN. A coleta de dados teve como objetivo compreender de que maneira os professores percebem a parceria entre o docente de Língua Portuguesa e o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como os desafios e possibilidades da educação inclusiva nesse contexto.

Assim, as falas foram analisadas a partir das discussões propostas por Maria Teresa Eglér Mantoan, Paulo Freire e Carlos e Barreto, tendo a intenção de identificar de que forma os discursos dos participantes dialogam com aspectos como a inclusão

ISSN: 2358-8829

escolar. Logo, para preservar a identidade dos participantes, optou-se pela utilização de identificações genéricas, como Professora Gabriella.

Em relação à formação acadêmica, a professora Gabriella é graduada em Letras – Língua Portuguesa. Quanto ao tempo de atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a professora Gabriella relatou que possui cerca de seis anos de experiência na modalidade, destacando que, inicialmente, encontrou dificuldades devido à grande diversidade presente nas turmas. Segundo ela, "no começo foi um grande desafio, porque são alunos com histórias muito diferentes, mas com o tempo fui aprendendo a lidar melhor com essa realidade."

No que se refere à formação voltada para a educação inclusiva e o AEE, a professora Gabriella afirmou já ter participado de algumas formações continuadas, considerando que estas contribuíram para ampliar a sua compreensão sobre as práticas pedagógicas inclusivas. Diante desta fala, percebemos que, mesmo havendo iniciativas de formação, ainda existe uma lacuna entre o conhecimento teórico e as necessidades concretas do cotidiano escolar. Essa realidade reforça a necessidade de uma formação docente mais articulada com a prática, aspecto que dialoga com as reflexões de Mantoan, ao defender que a inclusão exige transformações nas práticas pedagógicas e na organização da escola.

Em relação aos desafios enfrentados na promoção da inclusão, a professora Gabriella destacou a falta de apoio como um dos principais obstáculos. De acordo com seu relato, "à escassez de recursos e à necessidade de maior suporte institucional para atender de forma efetiva às demandas dos estudantes é um dos maiores desafios".

No que diz respeito às estratégias pedagógicas, a Professora Gabriella relatou que busca desenvolver atividades mais contextualizadas e adaptadas às necessidades dos estudantes. Segundo ela, "procuro inicialmente compreender o perfil de cada estudantes por meio de um diagnóstico, para então adaptar as atividades e metodologias, respeitando suas necessidades e potencialidades".

Com relação à parceria entre o professor da sala comum e o profissional do AEE, a docente afirmou que "é fundamental, pois oferece suporte pedagógico especializado, contribuindo com estratégias, recursos e orientações". Ela ainda destaca que "no momento não tive a oportunidade de vivenciar essa parceria em minha prática". A partir desse relato, observa-se que, embora a professora reconheça a importância do trabalho colaborativo, sua ausência na realidade escolar representa um obstáculo à efetivação de

práticas inclusivas. Essa questão dialoga com as reflexões de *Mantoan (2003)*, ao defender que a construção de uma escola inclusiva exige mudanças nas práticas pedagógicas e na organização do trabalho escolar, não se limitando ao atendimento individualizado dos estudantes.

Quanto à contribuição do AEE, o professor destacou principalmente o apoio na adaptação de atividades e no direcionamento pedagógico. Segundo Gabriella, "o AEE é essencial para garantir uma educação mais inclusiva, pois promove o compartilhamento de conhecimentos, estratégias e responsabilidades, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes".

Logo, os resultados obtidos a partir das respostas da professora Gabriella mostram que a promoção da educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ainda enfrenta desafios relacionados à diversidade dos estudantes, à insuficiência de recursos e à necessidade de maior apoio institucional. Embora a docente reconheça a importância da formação continuada e da parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o profissional do AEE, seu relato demonstra que essa colaboração ainda não se concretizou em sua experiência profissional. Por outro lado, podemos ver que a professora busca desenvolver estratégias pedagógicas a partir do conhecimento das necessidades dos estudantes, utilizando diagnósticos e adaptações nas atividades. Dessa forma, os resultados apontam para a importância de fortalecer a formação docente, ampliar o suporte oferecido pelas instituições escolares, a fim de favorecer a participação e a aprendizagem de todos os estudantes da EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o profissional do AEE acerca da efetivação da educação inclusiva no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A discussão sobre a educação inclusiva no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas no ambiente escolar, considerando a diversidade dos indivíduos que compõem essa modalidade de ensino. Assim, garantir o direito à educação significa reconhecer que cada estudante possui uma trajetória singular e que as diferenças presentes na sala de aula devem ser consideradas na organização do processo de ensino e aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Diante disso, as contribuições de Mantoan e Paulo Freire reforçam a importância de uma educação comprometida com a valorização das diferenças, o diálogo e o desenvolvimento das potencialidades dos educandos. No ensino de Língua Portuguesa, essa compreensão exige que os professores busquem estratégias pedagógicas capazes de atender às diferentes necessidades de aprendizagem, favorecendo a participação dos estudantes e estabelecendo relações entre os conhecimentos escolares e suas experiências de vida.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância da parceria entre o professor de Língua Portuguesa e o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma vez que o trabalho colaborativo pode contribuir para a identificação das barreiras à aprendizagem e para a elaboração de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos estudantes. Essa articulação, entretanto, requer diálogo, planejamento conjunto e compromisso institucional, de modo que a inclusão não seja compreendida como responsabilidade exclusiva de um profissional, mas como um compromisso de toda a comunidade escolar.

Portanto, entender que a efetivação da educação inclusiva na EJA é um processo que exige compromisso e transformação das práticas escolares. Nesse sentido, reconhecer as especificidades dos estudantes e garantir condições para que todos aprendam constitui um passo fundamental para a construção de uma educação mais justa e democrática. Logo, a inclusão deve ser entendida não apenas como um princípio educacional, mas como um compromisso com a dignidade humana e com o direito de todos os sujeitos de participarem plenamente da vida escolar e social.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Educação inclusiva: v. 3: A escola. Coordenação Geral: SEESP/MEC. Organização: Maria Salete F. Aranha. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, M. T. Égler. (2006). Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. *Educação*, *29*(1). Recuperado de https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/434

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.